

---

# SUMÁRIO

## ABREVIATURAS

## INTRODUÇÃO

### 1. ESCORÇO HISTÓRICO

- 1.1 Os juros a partir da Idade Média e sua evolução ante o direito canônico
- 1.2 Os juros e o direito romano
- 1.3 A evolução da questão dos juros no direito brasileiro

### 2. LINEAMENTOS DOS JUROS

- 2.1 Conceito
- 2.2 Finalidades (remuneração do capital e neutralização do risco)
- 2.3 Natureza jurídica
- 2.4 Direito comparado
  - 2.4.1 Estados Unidos
  - 2.4.2 Inglaterra
  - 2.4.3 Argentina
  - 2.4.4 França
  - 2.4.5 Espanha
  - 2.4.6 Portugal
  - 2.4.7 Itália
  - 2.4.8 Suíça
  - 2.4.9 Alemanha
  - 2.4.10 Conclusões extraídas do direito estrangeiro
    - 2.4.10.1 Limites das taxas de juros
    - 2.4.10.2 Anatocismo
    - 2.4.10.3 Juros compensatórios e necessidade de pacto expresse
    - 2.4.10.4 Juros moratórios

### 3. CLASSIFICAÇÃO

- 3.1 A questão metodológica
- 3.2 Proposta de classificação dos juros
- 3.3 Juros quanto à origem
  - 3.3.1 Juros legais e a taxa aplicável – Taxa Selic e juros de 1% do CTN
    - 3.3.1.1 Taxa Selic ou taxa de 1% ao mês do art. 161, § 1.º, do CTN, como taxa legal de juros do art. 406 do Código Civil?
  - 3.3.2 Juros convencionais
  - 3.3.3 Distinção
- 3.4 Juros quanto ao fundamento
  - 3.4.1 Juros compensatórios
    - 3.4.1.1 Juros convencionais compensatórios
    - 3.4.1.2 Juros legais compensatórios

- 3.4.1.3 Obrigação natural de juros compensatórios
- 3.4.2 Juros moratórios
  - 3.4.2.1 Mora
  - 3.4.2.2 Juros legais moratórios
  - 3.4.2.3 Juros convencionais moratórios
  - 3.4.2.4 Início da contagem dos juros moratórios – obrigações positivas e líquidas com e sem prazo para cumprimento; obrigações positivas e ilíquidas (responsabilidade contratual e extracontratual); juros moratórios sobre honorários advocatícios
  - 3.4.2.5 Juros moratórios nas obrigações decorrentes de ato ilícito
  - 3.4.2.6 Juros moratórios nas obrigações negativas
  - 3.4.2.7 Juros moratórios nas dívidas de dinheiro
  - 3.4.2.8 Juros moratórios nas obrigações convertidas em perdas e danos – Inadimplemento absoluto
  - 3.4.2.9 Juros moratórios na mora do credor
  - 3.4.2.10 .....Juros moratórios e mora simultânea
  - 3.4.2.11 Juros moratórios nas moras *ex persona* especiais
  - 3.4.2.12 Juros moratórios nos títulos de crédito
  - 3.4.2.13 Juros moratórios devidos pelo Estado
  - 3.4.2.14 Outros casos – Falência, recuperação judicial e administração de portos
  - 3.4.2.15 Desnecessidade de pedido expresso de juros moratórios
  - 3.4.2.16 Cumulação de juros moratórios com juros compensatórios
- 3.5 Juros quanto à capitalização
  - 3.5.1 Juros simples e compostos
    - 3.5.1.1 A taxa de juros nominal e efetiva como indicativo de juros capitalizados de forma composta
  - 3.5.2 A proibição legal dos juros capitalizados de forma composta inserta no Decreto 22.626/33
    - 3.5.2.1 Anatocismo
    - 3.5.2.2 O alcance do art. 4.º do Decreto 22.626/33
  - 3.5.3 Exceções que possibilitam a aplicação de juros compostos
    - 3.5.3.1 Os juros capitalizados de forma composta e as obrigações decorrentes de atos ilícitos
    - 3.5.3.2 Os juros capitalizados nos débitos trabalhistas
    - 3.5.3.3 Os juros capitalizados de forma composta em normas especiais
- 4. SISTEMAS DE AMORTIZAÇÃO
  - 4.1 Tabela *price*
    - 4.1.1 Os fundamentos históricos e jurídicos da tabela *price*
    - 4.1.2 A tabela *price* e o anatocismo frente à ciência matemática
    - 4.1.3 A ilegalidade da tabela *price* tendo em vista o critério do art. 6.º do Decreto 22.626/33
    - 4.1.4 Argumentos a favor da legalidade da tabela *price*
    - 4.1.5 Exemplo prático de aplicação ilegal da tabela *price*
    - 4.1.6 A tabela *price* diante do Código de Defesa do Consumidor
  - 4.2 Sistema de Amortização Constante (SAC)
    - 4.2.1 Legalidade do sistema de amortização constante
- 5. A LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS

- 5.1 O limite dos juros no direito brasileiro
- 5.2 Os juros convencionais moratórios
- 5.3 Os juros convencionais compensatórios
- 5.4 Limites decorrentes de leis especiais e conclusões
- 6. OS JUROS E AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
  - 6.1 A liberação das taxas de juros para as instituições financeiras-
    - 6.1.1 A Constituição Federal de 1988 e a limitação das taxas de juros
    - 6.1.2 Tese da competência constitucional exclusiva do Congresso Nacional para legislar sobre matéria financeira
    - 6.1.3 Tese da necessidade de demonstração da taxa liberada – Tendência jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça quanto à limitação das taxas de juros
  - 6.2 Instituições financeiras e os juros capitalizados de forma composta
    - 6.2.1 A Medida Provisória 2.170-36, a Lei 11.977/2009 (“Programa Minha Casa Minha Vida”) e a questão da liberação do anatocismo para as instituições financeiras
  - 6.3 Cédulas e notas de crédito rural, industrial, comercial e à exportação
    - 6.3.1 O limite da taxa de juros nas cédulas e notas de crédito
    - 6.3.2 A capitalização de juros nas cédulas e notas de crédito
    - 6.3.3 Juros moratórios nas cédulas de crédito
  - 6.4 Cédula de Crédito Bancário
    - 6.4.1 Características da Cédula de Crédito Bancário
      - 6.4.1.1 Garantias
      - 6.4.1.2 Penhor de direitos
      - 6.4.1.3 Penhor e tradição do bem
      - 6.4.1.4 Seguro
      - 6.4.1.5 Registro
      - 6.4.1.6 Deteriorações
      - 6.4.1.7 Cessão
    - 6.4.2 A capitalização dos juros na Cédula de Crédito Bancário
  - 6.5 Análise do Acórdão no Recurso Especial 1.061.530/RS, julgado nos termos do art. 543-C do CPC, aplicável aos Contratos Bancários de mútuo com incidência do Código de Defesa do Consumidor.
- 7. SISTEMA FINANCEIRO IMOBILIÁRIO EM RAZÃO DOS JUROS COMPOSTOS
  - 7.1 Sistema Financeiro Imobiliário – Considerações gerais
    - 7.1.1 Conceito e natureza jurídica
    - 7.1.2 Objeto
  - 7.2 Os juros no Sistema Financeiro Imobiliário
- 8. USURA .....
  - 8.1 Usura pecuniária e usura real
    - 8.1.1 A etimologia de “juros onzenários”
  - 8.2 A usura e as taxas de juros
    - 8.2.1 Usura real – lesão – em razão das instituições financeiras
    - 8.2.2 Usura pecuniária
  - 8.3 Medida Provisória 1.820 – Repressão à usura
    - 8.3.1 Usura pecuniária
    - 8.3.2 Usura real (lesão)
    - 8.3.3 Garantia dissimulada nos negócios usurários
    - 8.3.4 Inversão do ônus da prova
    - 8.3.5 Exclusão de incidência da norma

8.4 A usura e o Código de Defesa do Consumidor

8.5 Títulos de crédito e usura

8.6 Vendas a prazo e usura disfarçada no preço

## 9. CORREÇÃO MONETÁRIA – DIFERENÇA ESPECÍFICA DE JURO

9.1 Conceito

9.2 Legislação vigente acerca de correção monetária

9.2.1 Periodicidade de correção monetária

9.2.2 Vedação da utilização de moeda estrangeira para correção monetária

9.3 Termo inicial da correção monetária

9.3.1 Ilícitos contratuais

9.3.2 Débitos decorrentes de decisão judicial

9.3.3 Títulos de crédito

9.3.4 Ato ilícito

9.4 Taxas de juros – Indevida utilização como mecanismo de correção monetária

9.4.1 Taxa Referencial de Juros – TR

9.4.1.1 Âmbito de abrangência da TR

9.4.1.2 Uso da TR nos contratos celebrados no âmbito do SFH após a Lei 8.177/91

9.4.2 Comissão de permanência

9.4.3 Outros mecanismos que não representam correção monetária

9.4.4 O uso indevido de taxa de juro como correção monetária cumulada com taxa de juro

## 10. REFLEXÕES FINAIS SOBRE OS JUROS

### BIBLIOGRAFIA

1. Livros
2. Artigos
3. Dissertações e teses
4. Internet
5. Periódicos, textos e compilações

### APÊNDICE .....

1. Medida Provisória 2.170-36, de 23 de agosto de 2001
2. Medida Provisória 2.172-32, de 23 de agosto de 2001
3. Medida Provisória 2.183-56, de 24 de agosto de 2001 (Parcial)
4. Lei 10.931, de 2 de agosto de 2004 (Parcial)
5. Súmulas do STJ e do STF
6. Emenda Constitucional n. 40, de 29 de maio de 2003

### OBRAS DO AUTOR